

**MEDIAÇÃO DAS
RELAÇÕES DE
ENSINO
APRENDIZAGEM
PARA ESTUDANTES
COM DEFICIÊNCIA:
TRILHAS
INCLUSIVAS**



Colegas, professoras e professores, saudações inclusivas!

Em decorrência da pandemia do Covid-19, as escolas públicas e privadas precisaram ser fechadas em março de 2020. De lá para cá, tivemos que, de forma inesperada, aprender a lidar com aparatos tecnológicos diversos, que antes não faziam parte do nosso contexto de ensino. Estamos vivendo um período de muitas transformações no fazer docente. Esse contexto, no que se refere à prática pedagógica, demanda de nós outros desdobramentos nas ações de ensino e aprendizagem.

É insurgente trazer à tona a discussão sobre esse novo contexto educacional, sobretudo, no que tange ao ensino e à aprendizagem de estudantes com deficiência, matriculados na rede estadual da Bahia. A pessoa com deficiência é também indivíduo da ambiência escolar e, como tal, tem necessidades educativas especiais que podem variar de acordo às especificidades que a sua condição apresenta.

De acordo à lei 13.146, de 06 de julho de 2015, é considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, portanto, não é apenas a condição biológica que interfere em maior ou menor escala no seu desenvolvimento, mas como a sociedade, a partir de atitudes e recursos, garante os meios necessários à erradicação ou amenização dessas barreiras, colaborando para a redução do impedimento e, em consequência, para o exercício pleno da cidadania. A Lei Brasileira de Inclusão assegura o direito à igualdade, ao exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania.

Dito isto, a educação escolar é um dos direitos garantidos por lei, bem como agregado à mesma, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), para que, como preconiza o capítulo IV, intitulado “Do Direito à Educação”, artigo 27, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a educação, como direito da pessoa com deficiência, se dê num sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Ressalta-se, nesse sentido, a importância da articulação entre a escola comum e os centros de atendimento educacional especializado, pois não existe um padrão único de adaptações de atividades para o público da Educação Especial, mas um amplo leque de possibilidades para tal. Para qualquer adaptação, deve-se observar as necessidades educativas de cada estudante, (inclusive, se o mesmo já frequenta o AEE, ou se é necessário sinalizar esse encaminhamento).

Ao considerarmos os/as discentes em suas características, singularidades, interesses e necessidades de aprendizagem, é importante compreendermos que o impedimento, seja qual for (físico, mental, intelectual ou sensorial), também compõe sua forma corporal de ser e estar no mundo, logo, assim como pessoas sem deficiência, utilizam recursos como: óculos, lentes de contato, computadores, fones de ouvido, celulares, entre tantos outros, as pessoas com deficiência utilizam recursos específicos para melhor interagir conosco e com o mundo.

A falta desses recursos constitui-se em barreiras que, precisamente, “ao ignorar os corpos com impedimentos, provocam a experiência da desigualdade. A opressão não é um atributo dos impedimentos corporais, mas resultado de sociedades não inclusivas” (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009, p.67), sendo assim, a aprendizagem de estudantes com necessidades educativas especiais é elemento fundante para pensarmos, elaborarmos e efetivarmos práticas pedagógicas inclusivas.

Daqui por diante, nós, professoras de AEE, do grupo de trabalho das Trilhas de Aprendizagem, sob a coordenação da SEC/ Ed. Especial, elencamos, de forma sucinta, alguns aspectos teóricos práticos importantes para realização de atividades junto aos estudantes com necessidades educativas especiais: apresentamos conceitos e orientações básicas para a organização do ensino para a mediação da aprendizagem dos discentes, sempre lembrando da importância de um olhar individualizado e atento às potencialidades que possam ser estimuladas e aprimoradas ao longo de todo processo pedagógico. Reiteramos a necessidade de se discutir o processo educacional inclusivo de forma transversalizada e em todas as esferas sociais, bem como a importância do contato constante com os professores do AEE e com os Centros de Apoio do Estado da Bahia e a atenção para o exercício diário de tornar as aulas acessíveis para os/as educandos(as), especialmente em um momento atípico de ensino remoto como esse que estamos vivendo.

É importante saber quais são os Centros de Atendimento Educacional Especializado em seu município. Caso ainda não tenha acesso à alguma instituição, informe para a sua coordenação pedagógica essa demanda para que, em conjunto, possam melhor situar a condição de aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Estamos com vocês nessa caminhada!

Equipe Trilhas Inclusivas de Aprendizagem

Ana Claudia Mattos

Cíntia Barbosa de Oliveira Bispo

Daiane Sousa de Pina Silva

Edmeire Santos Costa

Gabriela Silva de Jesus

Ivone Silva de Jesus

Nanci Araújo Bento

Coordenação Geral

Marlene Cardoso

1. DEFICIÊNCIA VISUAL: CEGUEIRA

1.1 INCLUSÃO: DE QUE PESSOA COM DEFICIÊNCIA ESTAMOS FALANDO?

Colocamos em evidência a pessoa com cegueira. Esta é caracterizada pela ausência total de visão ou simples percepção de luz, ou seja, é a ausência total da resposta visual. O(a) estudante fará uso dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato, paladar) para interagir e perceber o ambiente como um todo. Assim como a baixa visão, a cegueira poderá ser desenvolvida por causas congênitas ou adquiridas, as mesmas enfermidades que ocasionam a baixa visão podem, inclusive, fazer com que a pessoa faça a transição da condição de baixa visão para a condição da cegueira.

1.2 AEE: EXPLORANDO POSSIBILIDADES DE APRENDER

1.2.1 ADAPTAÇÃO/ ADEQUAÇÃO CURRICULAR

O(a) estudante cego(a) utiliza alguns recursos específicos no processo de aprendizagem escolar. A aprendizagem para a utilização desses recursos é feita no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE): o Braille, o soroban, a escrita cursiva, a orientação e mobilidade (OM), as atividades da vida autônoma (AVA) são conteúdos/recursos que facilitarão o processo de aprendizagem.

- O Braille é um sistema tátil de escrita e leitura, nele são utilizados seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas, possibilitando a formação de 63 símbolos diferentes (alfabeto, números, letras acentuadas, sinais de pontuação, entre outros símbolos) que são empregados em textos nos diversos idiomas, como também nas simbologias matemática e científica, em geral, na música e, recentemente, na Informática. O Braille pode ser produzido por impressoras elétricas e computadorizadas; máquina de datilografia Braille e, manualmente, através de reglete e punção.
- O Sorobã é um aparelho de cálculo, de procedência japonesa, adaptado para o uso de deficientes visuais na realização de operações matemáticas (adição, subtração, multiplicação, divisão, radiciação, potenciação).

- As atividades da vida autônoma (AVA) ou atividades da vida diária (AVD) integram um conjunto de atividades que visam o desenvolvimento pessoal e social nos múltiplos afazeres do cotidiano, tendo em vista a independência, a autonomia e a convivência social do educando com deficiência visual, além disso, visam promover a interação com o ambiente na aquisição de hábitos de vida diária e também laboral, compreendem atividades de aprendizado relacionadas à higiene pessoal, ao vestuário, às atividades domésticas, à alimentação e boas maneiras à mesa e à cortesia social.

- A orientação contempla o desenvolvimento da capacidade de perceber o ambiente, de saber onde está. A mobilidade contempla o desenvolvimento da capacidade de nos movimentarmos (controle dos nossos movimentos de forma organizada e eficaz). Ambas fazem parte de nossa vida, dizem respeito a todos nós, seres humanos. As atividades de Orientação e Mobilidade (OM) são importantes para a pessoa com deficiência visual se orientar (ou ser orientada) e para exercer o seu ir e vir de forma segura;

- A Escrita Cursiva para os alunos com deficiência visual tem como objetivo principal ensinar a alunos cegos ou com baixa visão a assinatura do próprio nome, visto que a assinatura do próprio nome é condição para várias demandas da vida diária.

É importante saber quais são os Centros de Atendimento Educacional Especializado em seu município ou em que Centro o(a) estudante tem esse atendimento. Caso ainda não tenha acesso à alguma instituição, sinalize para a coordenação pedagógica essa demanda para que a família seja devidamente orientada a estabelecer contato com a instituição específica. Será um importante passo no processo de aprendizagem desse(a) discente.

Manter vínculos com o profissional do AEE auxiliará no processo de compreensão acerca das adaptações curriculares que o(a) estudante cego(a) precisa em seu itinerário formativo escolar.

1.3 E NO CONTEXTO DA SALA DE AULA, COMO SE DÁ ESSA APRENDIZAGEM?

No que toca ao processo de aprendizagem do(a) estudante cego(a), a potencialidade mental do indivíduo não é alterada pela deficiência visual. O seu nível “funcional”, entretanto, pode estar reduzido pela restrição de experiências que, adequadas às suas necessidades de maturação, sejam capazes de minimizar os prejuízos decorrentes da privação visual, por isso, a necessidade de estimulação sensorial tátil, auditiva, olfativa e gustativa.

A aprendizagem nos diversos campos do saber se dará através do uso dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato e paladar). As atividades que envolvem a leitura e a escrita contarão com o uso do Braille ou de escritas no computador com o auxílio de programas de leitores de tela (com sintetizadores de voz).

- As imagens (ilustrações, charges, tirinhas, fotografias) devem ser descritas para que o(a) estudante tenha riqueza de detalhes e acesso ao conteúdo. Podem ser utilizadas maquetes, miniaturas, protótipos, ou seja, material concreto, também descrito oralmente, para que haja maior percepção e compreensão do que está sendo evidenciado.
- O(a) estudante poderá utilizar a reglete e o punção, bem como a máquina Braille ou notebook para fazer os seus registros.

1.4 ESTAMOS NO ENSINO REMOTO: VAMOS TODOS JUNTOS!

Abaixo, apresentamos recomendações importantes para tornar suas aulas uma grande oportunidade de efetivar práticas pedagógicas inclusivas:

- Reserve um momento para conversar com seu estudante cego(a) e também com o(s) seu(s) responsável(eis) familiar(es), é importante saber que recursos ele utiliza para estudar (Braille, Soroban, leitores de tela, gravação, se tem atendimento educacional especializado-AEE), isso vai ajudar no planejamento de aulas inclusivas;
- Converse com o seu coordenador pedagógico sobre esse(a) estudante, vejam de que forma pode ser feita a articulação entre a escola, a família e o(a) docente do AEE, essa articulação será um importante apoiador no processo educacional;

- No momento da aula on-line, descreva como você, docente, está naquele dia (veja no item audiodescrição como fazer);
- Oriente os discentes a dizerem o seu nome antes de participarem da aula com comentários, é importante que a pessoa cega saiba quem está falando. Os espaços de fala precisam ser organizados. As conversas simultâneas atrapalham e tiram a atenção de quem não conta com a visão;
- Solicite à turma que desligue os microfones individuais quando não estiverem falando: os ruídos também interferem na atenção que deve ser dispensada no momento da aula;

- Em outro ambiente virtual, com formato semelhante ao Google Meet (vídeo e chat), sugere-se evitar o compartilhamento de informações via links e arquivos, paralelo às interações orais, isto porque a atenção da pessoa com deficiência visual deverá estar voltada para o áudio do diálogo e não de leitores de tela, por conta de sua especificidade no que se refere à privação sensorial visual, assim, a disponibilização desses links pode ser feita em um arquivo no formato Word (Word Document) ou ODT (Open Document Text), para que o(a) estudante possa acessar previamente ou posterior à aula;
- Oriente os discentes a não utilizar expressões do tipo “Adivinha quem está falando?”, “Você sabe quem está falando?”, o fato de não enxergar não faz a pessoa cega ter a obrigação de saber quem está conversando;
- É importante que toda vez que alguém se pronunciar, diga seu nome para que o(a) colega cego(a) possa identificá-lo(a) sem maiores dificuldades;

- Um outro aspecto importante, no caso do Google Meet, é o uso do chat, faça um combinado com a turma para colocar apenas dúvidas sobre o que está sendo discutido, a pessoa cega utiliza o leitor de tela e requer um tempo maior para leitura. Nós videntes, enxergamos simultaneamente os slides e o chat, a pessoa cega não. Mensagens acumuladas no chat serão uma barreira e desviarão a atenção do estudante com cegueira. Ele precisa ouvir a aula e o que acontece no chat também. Pense nisso;
- Ao compartilhar a tela, se está apresentando slides descreva o que tem no plano de fundo e leia o conteúdo. Pode ser uma leitura coletiva, cada estudante pode ler um slide, assim a aula fica mais dinâmica e participativa, se for outro tipo de material, descreva também, no começo parecerá difícil, mas com a prática frequente você perceberá o quanto é importante tornar o conteúdo acessível. Peça ajuda à família e aos docentes do AEE, os(as) profissionais mais indicados para auxiliar nesse processo;

- Nas aulas evite expressões incompletas do tipo “Eu venho aqui” (Explique: de onde?); “Esse aqui” (Explique: O que/ quem?); “Aqui ao lado” (Explique: De quê? Qual?); “Olhe aqui” (Explique: O quê?”); “Aqui no cantinho” (Explique: Da direita/esquerda/acima de/abaixo de); “Essa chamada” (Explique: Qual?);

-Você pode enviar os slides com antecedência (03 dias pelo menos), para que o(a) estudante já possa se familiarizar com o material e usá-lo de acordo com o equipamento que tiver disponível;

- Materiais em pdf trabalhados com a turma precisam estar em formato acessível. O material no formato PDF pode ser disponibilizado no formato DOC (Word Document) ou ODT (Open Document Text), é importante consultar o(a) estudante para que possa saber de suas possibilidades quanto a esse aspecto;

- O material em Word também pode ser salvo em formato ODT: para tal, quando clicar em “Salvar como” é só escolher a opção “Texto do Open Document”;

- O documento “Orientações para receber um/a estudante com deficiência visual – cegueira ou baixa visão – em sala de aula e/ou em ambientes virtuais de aprendizagem”, produzido pela UFSCar em 2020, sugere utilizar, para fins de mudança de formato, o conversor gratuito chamado Convertio, disponível no seguinte link: <https://convertio.co/pt/doc-odt/>. O documento está no link

<https://www.idea.ufscar.br/arquivos/acessibilidade/orientacoes-de-acessibilidade-para-estudantes-com-deficiencia-visual-protocolado.pdf>;

-Sempre que utilizar textos não verbais (imagens) descreva o que tem nos mesmos, assim estará tornando o conteúdo mais acessível;

- Caso utilize um vídeo como recurso para a aula verifique se o mesmo tem audiodescrição, envie-o com antecedência para que o(a) estudante possa se ambientar com o mesmo e participar das discussões que porventura ocorram na aula. Se for utilizar um filme, pesquise uma versão dublada;
- Existem poucos materiais audiodescritos, você pode pedir auxílio aos estudantes com deficiência visual para que os mesmos deem dicas de como trechos de filmes, vídeos, propagandas podem ser descritos. No contexto do ensino presencial, por exemplo, um(a) colega também pode participar dessa dinâmica, ficando junto ao colega e descrevendo o vídeo em voz baixa;
- A gravação das aulas é um recurso muito importante nesse contexto de ensino remoto, caso possa utilizar o google meet: servirá para estudantes videntes e não videntes, assim poderão acessá-las na realização das atividades assíncronas.

- Sensibilize a turma com dinâmicas, vídeos, letras de música que tenham relação com a necessidade que temos de ser colaborativos com as pessoas, é muito importante, sobretudo nesse momento de pandemia, para que forcemos o quanto dependemos uns dos outros;
- Proponha atividades em grupo, que possam ser realizadas utilizando os recursos do Google Class Room. Converse com a turma sobre possibilidades de ajudarem esse(a) colega cego(a), revezando-se na leitura dos materiais e no cumprimento das atividades: é o princípio da coexistência, afinal é convivendo com uma pessoa com deficiência, mesmo remotamente, que aprenderemos, mesmo que parcialmente, a nos relacionarmos com ela.

1.5 AVALIAÇÃO: REFAZENDO AS TRILHAS DE APRENDIZAGEM

- Avaliações orais são muito pertinentes nesse contexto: você terá contato direto com o(a) estudante e poderá melhor dimensionar a elaboração de questões para as próximas avaliações, e isso também acontecerá de forma processual, como fazemos com os(as) estudantes videntes, a partir dos critérios de participação, entrega das atividades;

-Você pode utilizar videochamadas, áudios com gravações de respostas de uma determinada atividade fixando um dia de entrega, pois o(a) estudante pode não dispor de recursos como computador, tablete, leitor de telas, por isso é importante flexibilizar as formas de avaliação;

- No caso das atividades assíncronas é importante compreender que esse(a) estudante pode precisar de algum suporte familiar ou pedagógico (AEE), por isso é importante, caso seja necessário, ampliar o prazo de entrega, caso seja uma atividade que demande um nível maior de atenção e complexidade;
- Textos digitalizados são convertidos em imagens: para estudantes cegos tornam-se sem funcionalidade, pois os programas leitores de tela não conseguirão lê-los, se não tiver outro recurso peça a um colega da sala, familiar ou professor do AEE para descrever esse material com a sua ajuda também;
- Entre em contato com o(a) docente de AEE que acompanha esse(a) discente, mostre a(s) avaliação(ões) e peça auxílio, a troca entre vocês será muito importante nesse processo.

2. DEFICIÊNCIA VISUAL: BAIXA VISÃO

2. 1 INCLUSÃO: DE QUE PESSOA COM DEFICIÊNCIA ESTAMOS FALANDO?

É a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo. A perda da função visual pode se dar em nível severo, moderado ou leve, podendo ser influenciada também por fatores ambientais inadequados.

CAUSAS MAIS FREQUENTES

- Causas Congênitas: Retinopatia da Prematuridade (por imaturidade da retina em virtude de parto prematuro, ou por excesso de oxigênio na incubadora). Corioretinite, por toxoplasmose na gestação. Catarata congênita (rubéola, infecções na gestação ou hereditária). Glaucoma congênito. Atrofia óptica por problema de parto. Degenerações retinianas (Síndrome de Leber, doenças hereditárias ou diabetes).

- Causas Adquiridas: Por doenças como diabetes, descolamento de retina, glaucoma, catarata, degeneração senil e traumas oculares.

RECURSOS ÓPTICOS

- São os auxílios que, de acordo com as suas características ópticas, promoverão o melhor desempenho da pessoa com baixa visão.
- Os recursos prescritos pelo oftalmologista com maior frequência são os óculos de aumento, lupas simples ou telelupas. Cada recurso apresenta vantagens e desvantagens, dependendo das suas características e da preferência pessoal do paciente. Óculos, lupas, telescópios.

RECURSOS NÃO ÓPTICOS

São auxílios que modificam materiais e o ambiente para promover o melhor desempenho visual da pessoa com baixa visão. Também denominados auxílios de adaptação funcional, podendo ser empregados isoladamente ou em conjunto com auxílios ópticos com o objetivo de promover a sua adaptação. Ampliação, Auxílio Para Postura e Posicionamento, Contraste.

2.2 AEE: EXPLORANDO POSSIBILIDADES DE APRENDER

2.2.1 ADAPTAÇÃO/ ADEQUAÇÃO CURRICULAR

A adaptação e a adequação curricular são apontadas como ferramentas importantes para um trabalho pedagógico que facilitará o trabalho do professor com máximo de aproveitamento dos alunos, assim como a flexibilização dos conteúdos planejados para toda a turma e que vai alcançar o aluno com baixa visão. Observe as dicas abaixo:

1) Os professores e professoras deverão permitir e incentivar o uso dos recursos ópticos, não ópticos e eletrônicos nas atividades escolares: Lupas, manuais e eletrônicas, Telescópios, Recursos de informática. Recursos não ópticos, lápis com maior contraste (2B, 4B e 6B), canetas hidrográficas, guia para escrita. Sugere-se prancha de plano inclinado (suporte de leitura) para melhor postura, evitando cansaço muscular, uso do guia de leitura, tiposcópio, para aumentar o contraste da linha a ser lida e facilitar a localização e o seguimento visual. Tinta preta em papel branco, cores como amarelas em fundo preto. As linhas dos cadernos devem ser bem escuras ou reforçadas quando necessário. Uso de caneta de ponta porosa, retroprojeter (ponta fina ou média), marcador permanente, pilotos, hidrocores, etc.

2) Os materiais escritos deverão estar em fonte ampliada em negrito e em ARIAL, TAHOMA ou VERDANA, maiúscula. É aconselhável antes de conhecer a especificidade de cada aluno e com o uso do computador utilizar o tamanho da fonte 24.

3) Quanto a ampliação, boa qualidade de impressão, espaçamento entre letras e linhas, tamanho das margens 1,5 e/ou 2,5). Geralmente o aumento máximo de ampliação é tamanho 24.

4) Diminuir a quantidade dos enunciados das atividades do educando, nas páginas devem ser retirados os excessos de detalhes de figuras para não confundir e prejudicar os/as estudantes com baixa visão.

- 5) Importante ser observado pelo/a professor(a) o posicionamento do(a) aluno(a) em sala de aula. Este, no caso de aulas presenciais ou híbridas, deve sentar-se próximo a lousa e o professor. O docente deverá atentar-se também para a cor do marcador do fundo branco, evitando cores claras.

- 6) Tenha antecedência no preparo, organização e entrega das atividades, contribuindo com a participação efetiva do educando.

- 7) Atente-se às condições de iluminação natural do ambiente, verificando a necessidade de iluminação artificial.

8) Em caso de aulas presenciais, sugira o melhor posicionamento do aluno em sala de aula considerando a proximidade a lousa, devendo ser dada atenção à cor do giz e ao tamanho da letra utilizada.

9) Verbalize o conteúdo que é escrito na lousa ou no slide.

10) Utilize materiais com caracteres ampliados de acordo com a necessidade visual do aluno.

11) Nas atividades de escrita, selecione com o aluno qual o melhor tipo e tamanho da fonte a ser utilizado, considerando-se o espaçamento entre as letras e entre as linhas;

12) Selecione com o aluno o tipo de pauta a ser utilizado, considerando o espaçamento, espessura e intensidade de cor.

13) Oriente acerca da utilização do Circuito Fechado de Televisão - CCTV, promovendo alguns momentos de acesso a todos os alunos da sala. Nas aulas de informática, permitir que o aluno fique próximo ao monitor, utilizar no Word a opção acessibilidade para ampliação dos caracteres e usa de contrastes, utilizar softwares de ampliação e sonoras.

14) Para a Biblioteca da escola: sugira a aquisição de livros com caracteres ampliados, livros falados, disponibilização do Circuito Fechado de Televisão, ou do modelo portátil que é comercializado no Brasil.

Respeitadas as necessidades e especificidades de cada estudante com baixa visão e de suas famílias, sugerimos que as propostas de atividades complementares para o Atendimento Educacional Especializado ocorram por meio de orientações e estudos on-line, com audiodescrição de acordo com as diferentes temáticas / aulas / conteúdos em andamento pelos professores da classe comum.

Recomendamos que para os/as estudantes que não possuem acesso à computadores e internet, atividades sejam elaboradas de acordo com o Plano de Desenvolvimento Individual.

Recomendamos que os slides tenham como cores de fundo tons que contrastem com a cor das letras e com fonte Arial. Além disso, sugerimos que o tamanho da fonte seja, no mínimo, 24; e que o arquivo seja enviado de forma prévia aos estudantes. Assim, eles poderão explorar o conteúdo com antecedência e, durante as aulas síncronas, poderem esclarecer possíveis dúvidas.

Sugerimos, buscar informações precisas do aluno que está sendo atendido nos Centros de Atendimento Especializado e nos CAPs DV.

2.3 E NO CONTEXTO DA SALA DE AULA, COMO SE DÁ ESSA APRENDIZAGEM?

Recomendamos que as propostas de atividades complementares para o Atendimento Educacional Especializado ocorram por meio de orientações e estudos on-line, com audiodescrição de acordo com as diferentes temáticas / aulas / conteúdos em andamento pelos professores da classe comum e de acordo com as orientações propostas no item 2.2.1.

2.4 ESTAMOS NO ENSINO REMOTO: VAMOS TODOS JUNTOS!

- Reserve um momento para conversar com seu estudante com baixa visão e também com as/os responsável(eis) familiar(es). É muito importante verificar quais recursos o/a estudante com baixa visão utilizará na sala de aula ou no Atendimento Educacional Especializado
- Converse com o seu/sua coordenação pedagógica sobre esse(a) estudante, vejam de que forma poderá ser feita a articulação entre a escola, o corpo docente e a família do(a) estudante.

- No momento da aula on-line, descreva-se: faça uma breve audiodescrição sobre suas características físicas, roupa, ambiente ao redor. É importante que cada um diga o nome quando da sua fala, para que os alunos com deficiência visual possam fazer a relação e a adaptação da voz ao nome da pessoa.
- Crie uma versão em áudio. O podcast poderá ser um recurso a ser utilizado com alunos cegos ou com baixa visão.
- Faça utilização de recursos variados para a dinamicidade dos textos e vídeo aulas como, por exemplo, imagens, ilustrações e símbolos que auxiliem na compreensão das ideias.

Leitores de tela e lupas: podem usar o leitor de tela integrado, o zoom em tela cheia, as cores de alto contraste e as extensões de acessibilidade no navegador Chrome.

-Se está apresentando slides descreva o que tem no plano de fundo e leia o conteúdo. Use, preferencialmente, fonte Arial acima de 24, fundo branco e letras pretas.

-Exemplo de relações de contraste da cor da fonte:

FUNDO BRANCO, FONTE PRETA

FUNDO CINZA CLARO, FONTE PRETA

FUNDO VERDE CLARO, FONTE PRETA

FUNDO PRETO, FONTE BRANCA

FUNDO PRETO, FONTE AMARELA

2.5 AVALIAÇÃO: REFAZENDO AS TRILHAS DE APRENDIZAGEM

- Reserve um momento para conversar com o aluno, com a família, coordenação pedagógica e professor do AEE.
- Amplie o prazo de entrega para atividades assíncronas caso a atividade demande um nível maior de atenção. Importante compreender que esse(a) estudante pode precisar de algum suporte familiar ou pedagógico (AEE).
- Entre em contato com o(a) professor(a) do AEE que acompanha esse(a) aluna, mostre a(s) avaliação(ões) e peça auxílio, a troca entre vocês será muito importante nesse processo.

3. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

3.1. INCLUSÃO: DE QUE PESSOA COM DEFICIÊNCIA ESTAMOS FALANDO?

O autismo integra a categoria de transtorno, na terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM III) e na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), enquadrando-se nos Transtornos Globais do Desenvolvimento.

A quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais engloba os transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger em apenas uma denominação, Transtorno do Espectro Autista (DSM-5 2014, p.53). O Transtorno do Espectro Autista - TEA é um transtorno do desenvolvimento de causas neurobiológicas definidas de acordo com critérios eminentemente clínicos (Schwartzman 2011, p. 37).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2014) engloba os transtornos reforçando a ideia de que o autismo faz parte de um espectro, pois a heterogeneidade do transtorno do espectro autista é descrita em três níveis, organizados de acordo com a gravidade dos sintomas, isto é, os níveis do espectro iniciam da maior gravidade para a menor, portanto, parte do nível 3 para referir ao mais grave, em seguida são abordados o nível 2 e o nível 1, sendo este último o mais leve. No entanto, o próprio manual ressalta que os níveis de gravidade do transtorno podem variar de acordo com o contexto ou oscilar com o tempo. Além disso, o DSM – 5 destaca que “as categorias descritas de gravidade não devem ser usadas para determinar a escolha e a provisão de serviços, isso somente pode ser definido de forma individual e mediante a discussão de prioridade e metas pessoais” (APA, 2014, p. 51).

3.2 AEE: EXPLORANDO POSSIBILIDADES DE APRENDER

3.2.1 ADAPTAÇÃO/ ADEQUAÇÃO CURRICULAR

No contexto educacional foi necessário assegurar os direitos do educando com TEA, principalmente no que diz respeito a sua especificidade. Assim é sancionada a Lei nº 12.764 em 27 de dezembro de 2012, a qual dá uma maior visibilidade às pessoas com TEA.

De acordo com a Lei 12.764/2012, art. 1º é considerada pessoa com TEA aquela que apresenta síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I – Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II – Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Ainda no art. 3º dessa mesma lei é assegurado o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social.

Ao estudante com TEA fica garantido o seu acesso à educação, mas também formas de permanência e avanço a outros níveis de ensino. Desse modo, a Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146/15), sustenta essa necessidade esclarecendo em seu artigo 28 que: compete ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar questões relacionadas a ações inclusivas. Dentre as ações garantidas nesse artigo e que auxiliam o processo de inclusão do público-alvo da educação especial reafirma-se:

[...] II o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, para atender as demandas específicas de cada público, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

[...] VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

[...] IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

[...] XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

São visíveis os esforços e progressos legislativos para que o atendimento educacional das pessoas com o Transtorno do Espectro Autista seja subsidiado por uma prática pedagógica embasada no conhecimento a respeito das necessidades e características desse público. A nota técnica nº 24 orienta os sistemas de ensino quanto à formação inicial e continuada do professor para:

- 1) Superação do foco de trabalho nas estereotipias e reações negativas do estudante no contexto escolar, para possibilitar a construção de processos de significação da experiência escolar;
- 2) Mediação pedagógica nos processos de aquisição de competências, por meio da antecipação da organização das atividades de recreação, alimentação e outras, inerentes ao cotidiano escolar;

- 3) Organização de todas as atividades escolares de forma compartilhada com os demais estudantes, evitando o estabelecimento de rituais inadequados, tais como: horário reduzido, alimentação em horário diferenciado, aula em espaços separados;
- 4) Reconhecimento da escola como um espaço de aprendizagem que proporciona a conquista da autonomia e estimula o desenvolvimento das relações sociais e de novas competências, mediante as situações desafiadoras;
- 5) Adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido;

- 6) Interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo;
- 7) Intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais;
- 8) Identificação das competências de comunicação e linguagem desenvolvidas pelo estudante, vislumbrando estratégias visuais de comunicação, no âmbito da educação escolar, que favoreçam seu uso funcional no cotidiano escolar e demais ambientes sociais;

9) Interlocução com a área clínica quando o estudante estiver submetido a tratamento terapêutico e se fizer necessária a troca de informações sobre seu desenvolvimento;

10) Flexibilização mediante as diferenças de desenvolvimento emocional, social e intelectual dos estudantes com transtorno do espectro autista, possibilitando experiências diversificadas no aprendizado e na vivência entre os pares;

11) Acompanhamento das respostas do estudante frente ao fazer pedagógico da escola, para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, considerando a multiplicidade de dimensões que envolvem a alfabetização, a resolução das tarefas e as relações interpessoais, ao longo da escolarização;

12) Aquisição de conhecimentos teóricos-metodológicos da área da Tecnologia Assistiva, voltada à Comunicação Alternativa/Aumentativa para estes sujeitos;

13) Planejamento e organização do atendimento educacional especializado considerando as características individuais de cada estudante que apresenta transtornos do espectro autista, com a elaboração do plano de atendimento objetivando a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a interação social e a comunicação.

3.3 E NO CONTEXTO DA SALA DE AULA, COMO SE DÁ ESSA APRENDIZAGEM?

Seguem alguns facilitadores para a aprendizagem do estudante com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista.

- 1) Material didático objetivo, conciso com bastantes recursos visuais, o qual despertará interesse do estudante e facilitará entendimento para a realização de atividades propostas;
- 2) Enunciados curtos e claros;

- 3) Fonte 14, caixa alta, espaçamento entre linha 1,5 linhas;
- 4) Filtrar os conteúdos. Dar prioridade ao que realmente o estudante precisa aprender de forma significativa
- 5) Evitar longos textos que exijam uma interpretação complexa;
- 6) Ter menos exercícios por página. Excesso de informações pode desfocar a atenção do estudante, comprometendo assim o objetivo da atividade;
- 7) Não utilizar a dubiedade. Questões com duplo sentido podem ser mais difícil para o entendimento do estudante.

3.4 ESTAMOS NO ENSINO REMOTO: VAMOS TODOS JUNTOS!

Elabore um material didático objetivo, conciso com bastantes recursos visuais para despertar o interesse do/da estudante;

3.5 AVALIAÇÃO: REFAZENDO AS TRILHAS DE APRENDIZAGEM

Nas aulas síncronas e assíncronas utilize recursos visuais.

Nos slides use Fonte 14, caixa alta, espaçamento entre linha 1,5 .

Identifique as competências de comunicação e linguagem desenvolvidas pelo estudante. Procure os Centros Educacionais de Apoio do seu Município para receber orientações acerca do ensino-aprendizagem de discentes com transtorno de espectro Autista.

4. PESSOA SURDA / PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA / PESSOA SURDOCEGA

4.1 INCLUSÃO: DE QUE PESSOA COM DEFICIÊNCIA ESTAMOS FALANDO?

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p. 01). As pessoas surdas ou com deficiência auditiva e surdocegas estão inseridas na categoria de impedimento sensorial. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2010, relata a existência de 9,8 milhões de brasileiros com deficiência auditiva, o que equivale a 5,2% da população nacional. Deste total, 2,6 milhões são pessoas surdas e 7,2 milhões apresentam dificuldade para ouvir.

A pessoa surdocega é aquela que “apresenta perdas auditivas e visuais concomitantemente e em diferentes graus”, e é capaz de “desenvolver diferentes formas de comunicação para entender e interagir com as pessoas e com o meio ambiente, proporcionando-lhe o acesso a informações, uma vida social com qualidade, orientação, mobilidade, educação e trabalho” . (GRUPO BRASIL, 2007 apud MAIA, 2011, p. 51).

A pessoa surdocega não é ora cega ou deficiente visual ou ora surda ou deficiente auditiva. Ou seja, não é um somatório de deficiências que caracteriza a pessoa surdocega mas uma multiplicidade de fatores que dificultam a sua interação com as pessoas e o meio em que vive. Dessa forma, a pessoa surdocega buscará novas alternativas de comunicação e interação social.

É necessário saber que nem todo aluno surdocego é totalmente surdo ou totalmente cego. Basta que ele tenha diferentes graus de perdas auditivas e visuais para que seja considerada pessoa surdocega.

A surdez ou a surdocegueira poderá ser pré-linguística (quando acontece antes que o indivíduo tenha adquirido uma língua) ou pós-linguística (quando a surdez ou surdocegueira acontece depois que o indivíduo tenha adquirido uma língua).

Surdo com deficiência múltipla é aquele que além da surdez ou surdocegueira possui outra deficiência de natureza intelectual, física ou comportamental.

Essas diferenças requererão importante atenção do corpo pedagógico pois a partir dessas identificações é que a escola adequará a comunicação, a proposta de ensino e os recursos pedagógicos. A Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da Comunidade Surda. A instituição escolar precisa estar ciente que a maior parte da população surda utiliza a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e expressão Brasileira, de acordo com a Lei 10436/2002, mas as pessoas surdas são multiculturais, heterogêneas e poderão apresentar práticas comunicativas outras que não seja a língua brasileira de sinais.

4.2 AEE: EXPLORANDO POSSIBILIDADES DE APRENDER

4.2.1 ADAPTAÇÃO/ ADEQUAÇÃO CURRICULAR

Será necessária a interlocução com professores bilíngues (Libras/LP). Na impossibilidade da presença de pessoas fluentes em Libras, é imprescindível a presença do/a tradutor(a) intérprete para a mediação linguística. As atividades devem priorizar a Pedagogia Visual. A disciplina de Língua Portuguesa deverá ser ministrada na modalidade de segunda língua, conforme preconiza o decreto 5626/2005.

Para os alunos surdocegos será necessária a presença do(a) profissional guia-intérprete de Libras para mediar a comunicação.

4.3 E NO CONTEXTO DA SALA DE AULA, COMO SE DÁ ESSA APRENDIZAGEM?

O processo de escolarização do discente surdo deverá ter a Libras como língua de instrução e a Língua Portuguesa na modalidade de segunda língua. O processo de escolarização, em respeito à singularidade linguística das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, visa garantir a Libras como 1ª língua e a Língua Portuguesa, a partir das habilidades de leitura e escrita como língua não materna.

O ensino da Língua Portuguesa para surdos na educação básica brasileira caracteriza-se , em sua maioria, como um ensino tradicional pautado no viés monolíngue da língua oficial no nosso país, baseada em regras gramaticais sobejamente ineficazes que desconsideram as experiências linguísticas dos estudantes surdos/as. Reforçamos que a instituição escolar precisa estar ciente e entender que grande parte dos estudantes surdos se comunicam a partir de uma língua gesto-visual. Contudo, há casos de estudantes surdos que utilizam uma língua caseira de sinais, ou surdos que utilizam a oralização. Caberá ao corpo pedagógico investigar qual a forma de comunicação adotada pelo(a) estudante para melhor adequar a metodologia linguística à realidade do(a) aluno(a) surdo(a) ou com deficiência auditiva.

Outro fator importante a ser destacado é a importância da interação linguística dos adolescentes, jovens e adultos/as surdos/as no ambiente escolar com pessoas nativas e fluentes na Língua Brasileira de Sinais (Libras), pois será pela interação com seus pares linguísticos, os quais comungam da mesma língua, que a pessoa surda terá chance de se descobrir e descobrir o mundo que o rodeia.

Numa proposta pedagógica visual, é imprescindível o uso de recursos, métodos, técnicas visuais como: imagens contextualizadas, gêneros textuais ricos em recursos gráficos que facilitem a compreensão da ideia do texto, uso de hiperlink, ícones, vídeos em Libras que orientem aos alunos em relação aos conceitos desenvolvidos nos textos.

Em relação ao surdocego, o/a professo(a) deve ofertar a descrição do material visual para o/a guia-intérprete . A orientação das atividades deve ser efetivada de forma clara e objetiva para que o/a profissional da tradução tenha condições de fazer a mediação entre a atividade, a intenção pedagógica e a forma de comunicação do aluno.

Em caso de surdocego pré-linguístico o/a professor(a) deverá buscar orientações dos centros ou das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) para as adaptações ou adequações necessárias.

4.3 ESTAMOS NO ENSINO REMOTO: VAMOS TODOS JUNTOS!

As aulas para estudantes surdos/as deverão ser mediadas pela presença do/da professor(a) bilíngue (Libras/Língua Portuguesa). Necessitará também do profissional tradutor-intérprete caso não haja profissionais bilíngues na instituição. O/a tradutor(a) intérprete educacional fará a mediação da comunicação mas não deve ser confundido com o professor. São funções distintas. O/a professor(a) leciona, o tradutor-intérprete realiza a mediação através da interpretação. As atividades em vídeos deverão possuir legenda e tradução para a Língua Brasileira de Sinais. O/a professor(a) precisará relacionar imagem/palavra/sinal/ significado para atividade a ser realizada pelo/a estudante.

Nas aulas síncronas, nós ouvintes (pessoa não surdas), lemos os slides, o chat e ouvimos simultaneamente a explicação do(a) professor(a). A pessoa surda não. Ela necessitará da presença do tradutor intérprete para intermediar a fala do/a professor/a e interpretar o que está sendo dito pelo(a) professor(a), o que está sendo digitado no chat e escrito no slide. O material pedagógico deverá ser enviado com antecedência para que o /a profissional tradutor(a) intérprete possa realizar o estudo dos termos específicos a serem utilizados em cada disciplina.

Salientamos que para o/a surdocego/a e o surdo/a com múltipla deficiência será necessário o profissional guia-intérprete e/ou o(a) professor(a) de apoio pedagógico individualizado. Esses profissionais deverão lecionar (conjuntamente) com a presença de um familiar do estudante. Esse membro familiar será responsável para atuar como o espelho do tradutor intérprete ou do professor bilíngue.

4.4 AVALIAÇÃO: REFAZENDO AS TRILHAS DE APRENDIZAGEM

Reserve um momento para conversar com o/a estudante surdo(a) e/ou com deficiência auditiva a fim de verificar a situação linguística desse educando(a) e no caso do surdocego, com o guia-intérprete ou pessoa que media a comunicação com esse aluno. Nas atividades síncronas e assíncronas é importante compreender que esses(as) estudantes precisarão da presença do tradutor intérprete/guia-intérprete.

Utilize materiais pedagógicos visuais e vídeos que tenham intérpretes de Libras para alunos surdos, vídeos com legenda em língua portuguesa para alunos/as com deficiência auditiva; materiais pedagógicos visuais. Respeite a interlíngua que os alunos podem apresentar na produção dos textos em Língua Portuguesa.

Evite uso de áudios. Explore os recursos imagéticos no seu plano de aula e faça a descrição a partir das técnicas de audiodescrição. Inicie de cima para baixo, da esquerda para a direita, do centro para as laterais.

Procure os Centros Educacionais de Apoio do seu Município para receber maiores orientações acerca do ensino-aprendizagem de discentes surdos, surdocego ou com deficiência auditiva.

5. AUDIODESCRIÇÃO E A COMUNICAÇÃO DE IMAGENS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Na avaliação do aluno com deficiência é essencial a busca de alternativas que facilitem a interação e o entendimento destes discentes para os diversos assuntos apresentados na classe escolar. Nessa busca por mecanismos facilitadores, a audiodescrição apresentou-se como um recurso de acessibilidade comunicacional intermediador na sala de aula. Essa ferramenta pode ser utilizada nos diversos níveis de aprendizagem, promovendo comunicação entre a pessoa com deficiência e o docente, facilitando a relação e ampliando a capacidade de autonomia desse sujeito, tornando-o atuante e participativo frente aos diferentes contextos a ele apresentados, por meio da descrição fidedigna de imagens e situações.

A professora e escritora Luciene Silva apresenta em seu artigo “Lendo Vozes: a mediação e subjetividade em uma “maneira” de leitura”, algumas observações sobre o conceito de conhecer as desigualdades sociais e as limitações que estas ocasionam na jornada da pessoa com deficiência na busca pelo saber.

O processo de conhecer diz respeito a uma atividade intelectual para compreender um objeto e envolve níveis de saber e de perceber como proporcionam a condição necessária ao indivíduo para atuar em sociedade, tornando-o apto a pensar, criar, recriar, inovar, experimentar e dar significados por meios de interações sociais na busca por transformações da natureza e de si mesmo. SILVA (2008, pág.1)

A aprendizagem do aluno com deficiência requer recursos assistivos para facilitar a melhor compreensão dos assuntos abordados. Dessa maneira, a audiodescrição facilita o conhecimento, ampliando as possibilidades e abrindo novos caminhos para que a criatividade deste sujeito aprendente possa acontecer com maior fluidez.

Ao utilizar como recurso a descrição de imagens, objetos e situações apresentadas, é possível perceber a melhora significativa no assimilar de informações. A audiodescrição contribui na equidade de direitos e ajuda na condição de acesso e permanência no espaço escolar, uma vez que colabora na compreensão das disciplinas e pode ajudar na autonomia desses alunos, dentro e fora desse ambiente.

A descrição de lugares, materiais didáticos, espaços físicos e pessoas, estimula e possibilita que estes construam cenários mentais, ampliando a sua capacidade de entendimento e ajudando a derrubar limites e barreiras sociais que eram ditas como intransponíveis. A atitude do professor é fundamental para intermediar a compreensão e a transformação de conceitos, pré-concebidos, do sujeito com deficiência. Inclusive, muitas vezes o próprio indivíduo traz relatos de experiências em que, muitas vezes, tanto a família quanto a sociedade, o julgam como incapaz e limitado ao aprendizado. Nesse processo, o docente é fundamental.

De acordo com Crochík, “Se escola prepara, forma os indivíduos para a sociedade, a sua distinção da sociedade é importante para que possa inclusive fazer a crítica daquela”. Ainda de acordo com Adorno (2004) “se refere a ideologia da integração: ninguém pode ficar de fora, mesmo que assim deseje.

A audiodescrição sendo um recurso de acessibilidade comunicacional, contribui no processo de aprendizado na medida em que respeita a individualidade de cada aluno, preenchendo lacunas entre o que é apresentado pelo professor e o entendimento subjetivo, tornando-se assim um facilitador e um recurso inerente ao aprendente.

A Lei Brasileira de Inclusão, 13.146/2015, (Estatuto da Pessoa com Deficiência), preconiza o direito a educação como fundamental e traz como perspectiva a mudança de paradigma sobre a incapacidade da pessoa com deficiência para a ausência de cumprimento das legislações vigentes, e das barreiras encontradas por essas pessoas, sejam elas, arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, entre outras, como fatores limitantes para que este público, possa acessar os variados espaços na sociedade. A LBI, é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Abaixo você encontrará dicas para utilizar a audiodescrição na elaboração de atividades para alunos cegos, com baixa visão, deficiência intelectual, transtornos do espectro autista.

- 1) Ouvir seu/sua aluno/a é o primeiro passo! Ele/ela ele é a melhor pessoa para lhe direcionar como lidar com alguma adequação necessária para o aprendizado;
- 2) Na apresentação de materiais audiovisuais (vídeo, cartazes), verifique se o aluno consegue visualizar as imagens atendendo à frequência, à duração e à velocidade com que são processadas;
- 3) Na elaboração do material escrito, utilize melhor contraste (preto no branco, azul no amarelo, preto no amarelo);

4) Use iluminação direcionada ao texto, prancha de plano inclinado para leitura, textos ampliados e em alto contraste (possivelmente em negrito ou caixa alta);

5) Verifique o tipo de iluminação e posicionamento da luz para evitar insuficiência, encadeamento e reflexos (nos livros do aluno);

6) Nas apresentações em powerpoint usar cores contrastantes, preferencialmente cores claras (branco ou amarelo) sobre um fundo escuro (preto ou azul), utilizando fonte Arial ou Verdana, com tamanho entre 14 ,16 ou 18. (cada aluno tem uma fonte que lhe é confortável).

7) Na lousa procure escrever com letra maior, conforme o aluno se sinta confortável;

- 8) A descrição pode ser multissensorial, uma vez que a visão é apenas um dos nossos sentidos, explore os demais;
- 9) Utilizar imagens e vídeos como material pedagógico complementar, fazer a descrição das imagens apresentadas;
- 10) Referenciar cores, formatos, tamanhos, ambiente em que se localiza a imagem, vestuário (em caso de personagens) acessórios, quantidades;
- 11) Utilizar áudios como material de suporte para descrever as imagens;

12) Descreva imagens: de cima para baixo, da esquerda para a direita, do centro para as laterais. Emoções, cores, formas e o contexto do cenário precisarão ser descritos nos slides, nas aulas assíncronas e síncronas;

13) Não esqueça de utilizar áudios como material de suporte para suas aulas.

14) Procure os Centros Educacionais de Apoio do seu município para receber orientações acerca do ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência.

ANEXOS

CIÊNCIAS

CICLO DA ÁGUA

[https://www.youtube.com/watch?v=9iw9SrH0LUk&list=TLPQMTAwOTlwMjASAZTeMgpk Q&index=20&ab_channel=FabioBmx](https://www.youtube.com/watch?v=9iw9SrH0LUk&list=TLPQMTAwOTlwMjASAZTeMgpkQ&index=20&ab_channel=FabioBmx)

NOSSO PLANETA

https://www.youtube.com/watch?v=fIKVPK18nvQ&ab_channel=BaraoPirapoa

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

MÉTODO CIENTÍFICO

https://www.youtube.com/watch?v=eRDBggKy0js&ab_channel=Rog%C3%A9rioAnton

PLANTA - PALAVRA CANTADA | PLANTA BAMBOLÊ

https://www.youtube.com/watch?v=AzLUrmhBJkA&ab_channel=PalavraCantadaOficial

QUÍMICA

DE ONDE VEM? PARA ONDE VAI? PETRÓLEO

https://www.youtube.com/watch?v=C1vi5Rh3DOw&ab_channel=itutoakatu

ÁCIDOS E BASES - MÚSICA

https://www.youtube.com/watch?v=JWimjZpCq8&ab_channel=OAlanStones

EFEITO ESTUFA E AQUECIMENTO GLOBAL

https://www.youtube.com/watch?v=e054mplj5nw&ab_channel=DanielaCoimbra

REAÇÕES QUÍMICAS

https://www.youtube.com/watch?v=-Y5M5IttSlg&ab_channel=OIncr%C3%ADvelPontinhoAzul

PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

BANJA E SATO EM CONSUMO CONSCIENTE PRESERVA O MEIO AMBIENTE

https://www.youtube.com/watch?v=0JnmwwaE8sg&ab_channel=Sa_neago

BIOLOGIA

ORGANELAS: ESTRUTURA CELULAR

https://www.youtube.com/watch?v=cLyD_i4KkJQ&ab_channel=Ci%C3%A2nciaTraduzida

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes. Sou Cego ou enxergo? As questões da Baixa Visão. In: Educar em revista. Curitiba, PR: Ed. UFPR, n.23, 2004.p. 15-27.

BENTO, Nanci Araújo Bento. O trabalho investigativo para a adaptação e validação do protocolo palavras e gestos para a língua Brasileira de sinais. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2016.

BOSCO, Ismênia Carolina Mota Gomes; MESQUITA, Sandra Regina Stanziani Higino; MAIA, Shirley Rodrigues. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Surdocegueira e Deficiência Múltipla. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial/Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 jan. 2021.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur, Rev. int. direitos human., São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-7, Dec. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>.

BRASIL. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 23, 25 abr. 2002.

BRASIL. Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005.

BRASIL. Nota técnica nº 24, de 21 de março de 2013. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task>.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>

BRASIL. Ministério da educação Especial. Inclusão do Aluno com Baixa Visão no Ensino Regular, 2006.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; MOTA, Maria Glória Batista da. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual vol. 3 Fascículo V - VI - VII /. Colaboração Instituto Benjamin Constant. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Deficiência Visual. Reflexão sobre a Prática Pedagógica. São Paulo: Laramara, 1997.

CARVALHO, Keila Miriam M. [et al.]. Visão Subnormal: orientações ao professor do ensino regular: 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

CROCHIK, José Leon; DIAS, Maria Ávila; RAZERA, Karen Danielli M. F. Teoria Crítica da sociedade, investigação social empírica e educação inclusiva. *Imagens da Educação*, v. 5, n. 2, p. 01-09, 201.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur, Rev. int. direitos human.*, São Paulo, v. 6, n. 11, p.64-7, Dec. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>.

DOCUMENTO orientações para receber um/a estudante com deficiência visual – cegueira ou baixa visão – em sala de aula e/ou em ambientes virtuais de aprendizagem. Disponível em: <https://www.idea.ufscar.br/arquivos/acessibilidade/orientacoes-de-acessibilidade-para-estudantes-com-deficiencia-visual-protocolado.pdf>. Acesso em 23 mar. 2021.

FERNANDES, Sueli. Práticas de Letramento na Educação Bilíngue para Surdos. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Superintendência de Educação de Departamento Especial, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. São Paulo: Cotia. In: Cidades@. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=351300>

LEON, Viviane Costa de. Práticas baseadas em experiência para aplicação do TEACCH nos Transtornos do Espectro do Autismo. São Paulo: Memnon, 2016.

MAIA, Shirley R. Descobrendo crianças com surdocegueira e deficiência múltipla sensorial, no brincar. 2011. 240f. Tese (Doutorado) Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2011.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS:DSM-5/
[American Psychiatric Association; tradução: Maria Ines Coreia
Nascimento...et al.]:revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli...[et al.] – 5.
Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

SAMPAIO, Marcos Wilson... (et al). Baixa visão e cegueira: os caminhos para
a reabilitação, a educação e a inclusão. Rio de Janeiro: Cultura médica:
Guanabara Koogan, 2010.

SCHWARTZMAN, J. S. Transtorno do Espectro do Autismo. São Paulo: Editora
Memnon, 2011.

SILVA, Luciene Maria. Diferenças negadas: o preconceito aos estudantes
com deficiência visual. Salvador: Eduneb, 2008.



**Estamos com vocês
nessa caminhada!**



**GOVERNO
DO ESTADO**

SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO

educacao.ba.gov.br